

Cotas: previsão agora é para VestUfes 2008

Conselho que dá palavra final sobre o assunto concedeu mais tempo para projeto

CIDA ALVES

cidaalves@reddegazeta.com.br

A novela da implementação de cotas para o vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) parece estar longe do fim. Ontem, a Comissão Especial de Inclusão Social, responsável pela elaboração do projeto que deve ser adotado já no próximo vestibular, teve prorrogação do prazo para apresentar uma proposta, que deveria ser entregue até o final desta semana.

O Conselho de Pesquisa e Extensão (Cepe), que dará a palavra final sobre o assunto, concedeu mais três meses para a comissão apresentar o projeto. Com isso, fica fora de cogitação haver cotas no vestibular de inverno, que será

realizado no meio do ano.

Para o vice-presidente da Comissão Especial, Antonio Carlos Moraes, o adiamento era previsto. "O Cepe sempre dá um mês de prazo inicial para as comissões, que depois se organizam e pedem mais prazo. Isso é de praxe", disse Moraes.

Ele ressaltou que a comissão não é para discutir política de cotas. "Vamos elaborar um projeto de inclusão social, mas ainda não definimos se será por meio de cotas, reserva de vagas ou outro mecanismo".

Moraes acredita que a comissão não irá gastar os 90 dias solicitados para apresentar uma proposta. "Estamos correndo contra o tempo. Precisamos terminar o projeto a tempo da Comissão Coordenadora do Vestibular

fazer as mudanças necessárias para o VestUfes 2008".

A comissão se reúne semanalmente. Quando houver uma proposta inicial, haverá a convocação de audiências públicas para discussão do projeto, com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade. Porém o vice-presidente não pôde especificar da-

tas para essas audiências.

Ano passado, o debate das cotas foi acompanhado de protestos e prazos adiados. Pelo menos quatro propostas foram apresentadas e a discussão chegou até o Ministério Público Federal, na tentativa do Movimento Pró-Cotas de que as cotas funcionassem já no VestUfes 2007.

Projeto de cotas pode ficar para o próximo ano

Mesmo que seja aprovado em tempo para começar a valer já no VestUfes 2008, o Projeto de Inclusão Social da Ufes pode ficar para o vestibular do ano que vem. Por meio da assessoria de imprensa, o reitor, Rubens Rasseli, informou que espera colocar o projeto em prática ainda este ano, mas que isso vai depender da complexidade da proposta. Sobre a prorrogação em três meses do prazo de entrega do projeto pela Comissão Especial de Inclusão Social, o reitor afirmou que não pode atropelar os trabalhos da comissão aprovada pelo Conselho de Pesquisa e Extensão (Cepe) e que não quer criar situações de pressão. A comissão é composta por um representante de cada centro da Ufes, mais representação estudantil e dos servidores técnicos, e foi criada depois que o Cepe rejeitou por 12 votos a 11 a proposta de implementação das cotas ainda no VestUfes 2007.

ENTENDA O CASO

■ **Cotas.** A primeira proposta, da Comissão Pró-Cotas, foi rejeitada pelo Conselho de Pesquisa e Extensão (Cepe) da Ufes em abril do ano passado. A comissão era formada por membros da reitoria, universitários, professores e representantes do movimento negro

■ **Aprovação.** Em maio, a universidade acatou o projeto para cotas no VestUfes 2007. Porém, o modelo privilegiaria os alunos de escolas públicas

■ **Contraproposta.** O movimento negro encaminhou, então, uma outra proposta, de 28,5% das vagas para afrodescendentes

■ **Rejeitada.** Em 14 de agosto, com 12 votos contra 11 o Cepe descartou a implementação das cotas no VestUfes 2007, com 20% das vagas para alunos de escolas públicas e 5% para negros

■ **Liminar.** Uma semana de-

pois, o Ministério Público Federal (MPF) protocolou ação civil pública pedindo liminar determinando a implementação das cotas no VestUfes 2007

■ **Decisão.** No dia 6 de setembro, o juiz Alexandre Miguel, da 4ª Vara Federal Cível, indeferiu o pedido de liminar do Ministério Público Federal

■ **Especial.** O Conselho, então, estabeleceu a Comissão Especial de Inclusão Social, que

deveria apresentar no próximo dia 14 um projeto para o VestUfes 2008

■ **Prorrogação.** Ontem, a comissão pediu mais 90 dias para apresentar o projeto

■ **Adiamento.** Só em 2006, a decisão sobre as cotas foi adiada, pelo menos, três vezes. A discussão foi marcada por protestos envolvendo entidades e estudantes pró e contra as cotas

Comissão admite que não há proposta

Apesar de o vice-presidente da Comissão Especial de Inclusão Social da Ufes afirmar que estão correndo contra o tempo para entregar o projeto no prazo para ser adotado no vestibular do fim do ano, Antonio Carlos de Moraes reconheceu que ainda “não há sinal” de uma proposta.

“Os trabalhos estão na fase inicial”, disse. Segundo ele, no momento, os mais de 10 membros estão analisando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria Estadual de Educação e da Ufes, além de experiências de inclusão

social realizadas em outras universidades.

“Também estamos discutindo internamente sobre o conceito de inclusão social que será adotado na elaboração desse projeto”, acrescentou Moraes.

Para o vice-presidente da comissão, a inclusão social no vestibular não precisa, necessariamente, ser por meio de cotas. “As últimas experiências que tivemos com esse tipo de proposta foram muito desgastantes”, disse, se referindo aos debates do ano passado. Ele garantiu que esse ano o tema será discutido à exaustão.

AS PROPOSTAS

■ Comissão Pró-Cotas.

Apresentou a proposta inicial, na qual seriam reservados 52% das vagas do vestibular, sendo 26% para negros, 25% para estudantes de escolas públicas e 1% para indígenas. Os percentuais foram decididos com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e seria usado o critério de autodeclaração

■ **Câmara de Graduação.** A maioria dos coordenadores dos cursos da Ufes rejeitou a proposta do Pró-Cotas e decidiu por um novo modelo em que 50% do total de vagas deveriam ser reservados, sendo 45% para alunos da rede pública e 5% para negros. A nota de corte seria a mesma para alunos cotis-

tas e não-cotistas. A implantação deveria ser gradativa

■ **Movimento Negro.** O movimento apresentou uma nova proposta ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), pleiteando 28,5% das vagas para negros, incluindo os pardos, conforme percentuais da participação negra na população do Estado, divulgados pelo IBGE. O restante das vagas poderia ser utilizado para alunos da rede pública e indígenas

■ **Conselho.** A última proposta votada e rejeitada, em agosto do ano passado, foi elaborada pelo próprio Cepe e previa cotas de 20% das vagas para estudantes de escolas públicas e 5% para negros

A favor

GUSTAVO FORDE
Centro de Estudos de
Cultura Negra do ES

Política para negros

Nós compreendemos a prorrogação do prazo para a Comissão Especial se esses 90 dias forem usados na elaboração de uma proposta séria e bem fundamentada, com o entendimento de que, se não houver um recorte racial no projeto de inclusão, nada vai mudar para os negros.

Estudos científicos comprovam que políticas universalistas de cotas – com critérios como renda – não conseguem atingir a população negra. Num país racista como o Brasil, é preciso políticas focadas nos negros.

As cotas não vão aumentar o preconceito. Apenas vão tornar público uma discriminação velada que ocorre desde sempre. Além disso, não há falta de mérito em ingressar na universidade por meio das cotas.

A sociedade se mostra favorável às cotas para estudantes de escolas públicas, mas é contra a cota racial. Por que incomoda tanto dar oportunidade para os negros chegarem a espaços predominantemente brancos como as universidades e que, em 10 anos, possamos ter uma classe média negra?

Contra

JULIANA PAES ANDRADE
Advogada e professora
da FDV

Mais preconceito

Uma alternativa mais justa à política de cotas raciais seria a adoção do critério sócioeconômico, pois a desigualdade no nosso país não é só uma questão de raça.

A renda familiar, a vida escolar na rede pública, se tem casa própria ou não, são aspectos mais objetivos e que podem determinar melhor se o estudante tem ou não condições de pagar uma universidade ou se merece aquela vaga ou bolsa.

O critério de autodeclaração na política de cotas é outro ponto a ser criticado. Na miscigenação que marca o povo brasileiro fica difícil identificar quem realmente é da raça negra.

Ao meu ver, as cotas podem aumentar a discriminação, e os cotistas vão sofrer preconceito dentro das próprias universidades ao serem apontados como pessoas que só conseguiram chegar ali por causa das cotas, e não por serem capazes.

Se as cotas forem realmente adotadas, que elas sejam apenas um começo, pois o verdadeiro problema está na falta de educação e emprego para todos, independente da cor.